

# CHOQUE DE DISCURSOS: A EXPOGRAFIA DO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA E AS NOVAS PERSPECTIVAS HISTORIOGRÁFICAS SOBRE A INCONFIDÊNCIA MINEIRA

**Rafael da Silva Alves**

faelhist@hotmail.com

A historiografia e a expografia são disciplinas que, em muitas das vezes, têm no passado o seu grande objeto de trabalho e análise. A diversidade de leituras e posicionamentos sobre o mesmo passado pode tomar rumos bastante diferentes, porque o passado não muda, mas a interpretação sobre ele sim e constantemente. É isso que torna a História viva. E é a diversidade de olhares que torna o passado interessante e mutável. Mas o passado também está sujeito ao jogo de interesses políticos. Jogos de interesses que podem tanto aproximar quanto distanciar a historiografia e a expografia, e nisso estas disciplinas dialogam e possuem uma característica em comum. E analisar o discurso sustentado pelo Museu da Inconfidência a partir de algumas salas de seu circuito expográfico, comparando-o com produções historiográficas recentes, nos permite constatar justamente as aproximações e distanciamentos existentes entre os interesses em jogo nas instituições museológicas com a História enquanto ciência.

Palavras-chaves: Museu, Expografia, Historiografia, Inconfidência Mineira.

O Museu da Inconfidência, localizado na cidade de Ouro Preto/MG, foi criado na conhecida Era Vargas e está entre as instituições museológicas mais importantes do país. No contexto de sua criação, o presidente Getúlio Vargas pretendia resgatar na África os restos mortais dos inconfidentes mineiros, considerados os grandes heróis nacionais e, por isso, dignos de construção de um local no Brasil que abrigasse seus despojos. A antiga Casa de Câmara e Cadeia de Vila Rica foi o lugar escolhido para tanto e devido a amplitude do prédio, mais do que se tornar o Panteão dos Inconfidentes, a construção de um museu para abrigar obras de arte e de valor histórico das Minas Gerais Colonial se tornou um projeto a ser efetuado. Nascia assim o Museu da Inconfidência, inaugurado em 1944. Em 2006 foi concluída a reforma de sua exposição permanente, projeto desenvolvido pelo museólogo francês Pierre Catel juntamente com o atual diretor da instituição, senhor Rui Mourão.

Os museus históricos, como é o Museu da Inconfidência, são caracterizados, muitas vezes, por apresentarem uma narrativa histórica do passado que tratam. E o interessante é que o mesmo recorte do passado pode ser interpretado de maneiras diversas por diferentes pesquisadores. Isso permite que seja possível fazer uma comparação entre os discursos sustentados pelos museus e as obras historiográficas resultantes das pesquisas científicas, enriquecendo ainda mais o universo de conhecimento sobre o passado nacional. E é exatamente isso que pretendemos com este artigo, fazer um paralelo entre o discurso sobre a Inconfidência Mineira, seus atores e o passado das Minas Gerais setecentista sustentado pelo Museu da Inconfidência e aquele que vem sendo apresentado pelas novas pesquisas historiográficas, a partir da análise de algumas salas da instituição. Para isso, procuraremos responder às seguintes questões: o que o Museu da Inconfidência exhibe em sua narrativa expográfica sobre a Inconfidência Mineira e o passado colonial da região? O que os historiadores contemporâneos têm admitido sobre este contexto? O Museu da Inconfidência

teve a preocupação de dialogar com as novas produções historiográficas a partir da reforma de sua exposição permanente em 2006, demonstrando as novas interpretações que têm sido publicadas sobre o tema na sua exposição?

O Museu da Inconfidência, ao procurar apresentar ao visitante o passado de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX, narra a história por meio de sua expografia de forma a justificar que o progresso social, econômico e demográfico da região teriam contribuído diretamente para o desfecho do movimento conhecido como Inconfidência Mineira, fazendo isso a partir da construção de uma narrativa linear e cronológica do passado. A instituição possui 16 salas, as quais estão divididas em dois pavimentos. No primeiro piso, apresentam-se as origens da capitania de Minas Gerais, com objetos indígenas, de construção civil e de transporte regional colonial, passando ainda pela economia mineradora e pelo movimento da Inconfidência Mineira, saudosamente consagrado na sala “Panteão dos Inconfidentes”, além de também apresentar salas dedicadas ao Período Imperial Brasileiro e à vida social na colônia. O segundo piso é, basicamente, dedicado à exibição de obras de arte de caráter religioso e de artistas mineiros como Aleijadinho e Ataíde, o que demonstra a evolução máxima da sociedade mineira colonial, consumidora de arte.

Na sala *Mineração*, um painel exhibe um texto histórico que admite o episódio no qual o mulato Duarte Lopes teria chegado à região dos índios cataguases com a expedição de José de Camargo Pimentel e, ao buscar água, se impressionado com uma pedra preta que em São Paulo conclui-se ser ouro. A partir deste acontecimento, uma série de bandeiras e entradas se dirigiram à região, tendo como referência o Pico do Itacolomi, em busca de enriquecimento através da mineração e/ou outras atividades necessárias na capitania. Mas a historiografia sobre a descoberta do ouro ainda é bastante divergente quanto a quem teria encontrado primeiro tal riqueza, à data e local exatos da extração da primeira pepita. De acordo com o museu, a exploração do ouro era tão fácil que provocou uma onda de migração para Minas Gerais. Numa publicação da instituição que deu suporte para as posições interpretativas a serem admitidas pela nova exposição do museu, Carla Maria Junho Anastasia, Carmem Silvia Lemos e Letícia Julião escrevem que:

*Apesar das condições topográficas adversas e das distâncias, às descobertas do final do século XVII se seguiu um vertiginoso deslocamento de pessoas para a região, sem precedentes na Colônia. A corrida do ouro, com seu ritmo acelerado, chegou a se constituir em ameaça de despovoamento e desequilíbrio econômico para vários pontos da Colônia e do próprio Reino, forçando, inclusive, a Metrópole a lançar mão de dispositivos legais, que se mostraram ineficazes para frear o movimento migratório. (ANASTASIA; JULIÃO; LEMOS, 1999. p. 28-29).*

Francisco Iglésias lembra que “Além dos paulistas, vieram pessoas do sul, do Rio de Janeiro, como vinham antes os baianos, subindo o Rio São Francisco. E os portugueses vieram em tal número, que o governo teve de proibir essas viagens (...)” (IGLÉSIAS, 1993. p. 54-55). Em vista

disso, Minas Gerais, no século XVIII, se tornou a unidade mais populosa do Brasil.

Chama a atenção nesta sala o fato da pouca atenção que foi dada aos escravos na exposição, personagens tão importantes na construção da economia e da cultura na região mineradora. A escravidão está, expograficamente, muito reduzida a objetos de tortura e a instituição pouco apresenta ao público uma percepção dos negros para além da submissão ao chicote ou valoriza evidentemente sua importância na história nacional. O pensamento evidente no senso comum de que o negro escravo passava unicamente pelo processo de ser comprado e trabalhava forçadamente sob tortura até o fim da vida se intensifica naqueles que não conhecem a historiografia mais recente sobre o tema e/ou que não tiveram a oportunidade de acompanhar as releituras que estão sendo constantemente feitas pelos historiadores sobre a escravidão e o escravismo, o que contribui para distanciar a população ouro-pretana da instituição. As classes mais humildes do passado aparecem na expografia de forma muito discreta, reforçando a ideia de que a exuberância e luxuosidade da elite é que ganham destaque no museu, ainda que os escravos fossem os “pés e as mãos” de Minas Gerais.

A singela valorização aos escravos, por exemplo, existe apenas no discurso de um painel histórico que narra um pouco da escravidão, onde elogios como “braços robustos” adjetivam os negros. Neste painel, o museu afirma que os escravos foram o sustentáculo da economia colonial, além de ser um povo que promoveu insurreições e se estabeleceram em quilombos. Ainda no painel, o discurso prossegue afirmando que eles foram um dos pilares na formação da cultura brasileira e que os mesmos também souberam interagir com seus algozes, uma vez que contribuíram nas formas de convivência social, na manifestação da religiosidade, nas artes, na alimentação e também na miscigenação racial. O museu também afirma que somente em situações excepcionais os escravos possuíam condições de ganho, mas que ainda assim conseguiram construir templos suntuosos, como as Igrejas do Rosário e de Santa Efigênia, em Vila Rica. De acordo com Caio César Boschi:

*(...) preservando (ou não) a autenticidade dos seus primitivos costumes e tradições, os africanos introduziram novos elementos e componentes da cultura religiosa da América Portuguesa que, só por isso, já se mostraria distinta e original. Reisados e congados davam novo sentido semântico aos rituais católicos. Um “candomblé” ou do “acotundá”, ainda que elas, como o do “calundu” (esta, sem traços de sincretismo religioso) se exprimissem apartadas das irmandades. Não sendo espaço exclusivo dessas manifestações, foram as irmandades, no entanto, que, pelo seu traço institucional, viriam a favorecer a sobrevivência das mesmas. (BOSCHI, 2007. p. 70).*

Nota-se uma preocupação do museu em demonstrar valores históricos positivos deixados pelos negros escravos para a posteridade, mas a relação entre o discurso do painel histórico e os objetos é bastante distante, já que materialmente apenas existem objetos de tortura e aqueles

que remetem ao trabalho ligado unicamente à mineração, como se os negros estivessem apenas reduzidos a esta função e realidade social. A escravidão e o trabalho do negro envolvem situações e questões bem mais complexas do que estas, as quais vêm sendo demonstradas pelas pesquisas historiográficas recentes. Não que a exposição devesse abraçar todas, mas a escravidão é um tema digno de ser apresentado e discutido de forma a superar a redução dos negros ao cativo, uma vez que eles foram protagonistas de diversas funções dentro da sociedade colonial mineira.

Não há dúvidas de que a mineração impulsionou a economia da colônia e foi a principal fisionomia produtiva da capitania. No entanto, não se pode reduzir economicamente a região das Minas à exploração do ouro e diamantes, como se estas fossem exclusivas. Outras alternativas econômicas para além da mineração compunham a realidade da região que também acolheu atividades manufatureiras, comerciais, agropecuárias e de construção civil. Para Carlos Magno Guimarães e Flávia Maria da Mata Reis, por exemplo, as áreas urbanas teriam privilegiado o enriquecimento principalmente de comerciantes, que, de acordo com os autores, eram os detentores das maiores fortunas, ainda que o privilégio social no período colonial estivesse ligado não tanto aos bens materiais, mas ao fato de ser grande proprietário de engenho, terras e/ou escravos. Afirmam estes autores que:

*Assim, nem todos aqueles que para as Minas se dirigiram tiveram condições ou interesse direto na mineração. Muitos dos que nela se instalaram dedicaram-se a outras atividades econômicas tão ou mais lucrativas e que, ao mesmo tempo, eram essenciais para a manutenção da atividade nuclear. Paralelamente à mineração, além da agricultura, a pecuária representou um forte setor, desenvolvendo-se nas regiões são-franciscana (nos mesmos moldes da pecuária nordestina) e sul-mineira, apresentando esta última grande desenvolvimento tecnológico no conjunto da pecuária colonial brasileira. (GUIMARÃES; REIS. p. 327.).*

Não há dúvida de que a mineração foi fator essencial para a formação e instalação da sociedade na região mineira. Mas na expografia do Museu da Inconfidência, a economia do período colonial na capitania fica restrita a esta atividade, reduzindo as possibilidades de aquisição de conhecimento sobre o contexto. E há de se considerar que da mesma forma que a prosperidade econômica se instalou na região, também a crise veio como consequência e com ela o temor da intensificação das cobranças de impostos, como é o caso da derrama.

A partir da narrativa que se constrói os objetos museológicos vão sendo apresentados como exemplos da história construída pelo museu, como se os mesmos oferecessem legitimidade ao que está sendo concebido pela instituição. E a intenção de apresentar a Inconfidência Mineira como o grande evento do passado e seus protagonistas como os heróis da pátria se confirma na expografia. Da primeira sala até a quinta, sendo esta intitulada *Inconfidência*, percebe-se um aumento na iluminação, algo proposital idealizado por Pierre Catel<sup>1</sup> a fim de referenciar o imaginário ilu-

minista da conspiração mineira, como se os inconfidentes estivessem levando as pessoas para um caminho de luz, ou seja, de melhorias, de futuro promissor, tirando-os das trevas e do domínio obscuro do Antigo Regime. E o interessante é que na sala seguinte, o *Panteão*, a luz volta a cair, já que essa sala é pretendida como um templo religioso onde deve reinar o silêncio e a adoração.

Fica evidente que o Museu da Inconfidência, mesmo após a reforma em 2006, insiste em sustentar a interpretação de que a Inconfidência Mineira buscava a liberdade da nação e tinha na figura de Tiradentes o seu maior difusor, apresentando-o como o grande herói da conspiração. Logo, o caráter de mito do movimento é ainda defendido pelo museu, contrapondo diretamente as produções historiográficas contemporâneas que questionam tal visão da Inconfidência e de seus protagonistas, o que comprova que a história narrada pelos historiadores recentes e a história deste museu de história gradualmente se divergem. Além disso, a historiografia contemporânea também questiona a possibilidade do movimento ter caráter nacional e objetivar a libertação de toda a colônia, somado ao fato de que a historiografia também vem demonstrando que a república preterida pelos inconfidentes não é a mesma dos moldes contemporâneos. Outro ponto interessante em que o discurso do museu se contrapõe com as produções de historiadores recentes é a afirmação na expografia de que os conspiradores pretendiam a superação da velha estrutura da nobreza oligárquica e que um país mais democrático e menos desigual se instalaria a partir do sucesso da revolta, caso ela tivesse se concretizado.

A nova exposição admitiu uma narrativa histórica linear, mantendo uma ideologia do passado mineiro admitida nas décadas de 30 e 40 do século passado, a qual é superada pelas discussões historiográficas atuais, mas ainda muito presente no senso comum ou numa cultura de ensino escolar. Rer o passado e apresentar à coletividade novas formas de perceber o movimento político dos conspiradores mineiros parece não ter sido a intenção daqueles que trabalharam na reformulação da exposição. Permanece viva no Museu da Inconfidência a vontade de colocar determinadas lembranças da conspiração mineira no primeiro plano da consciência coletiva sem que se leve em consideração uma visão mais crítica do passado, sem que se problematize o acontecimento a partir dos conhecimentos individuais de cada visitante.

Elementos interessantes da sala *Inconfidência* e que merecem uma atenção especial são as traves da forca de Tiradentes. Elas estão dispostas de forma a remeter à Via Sacra, formando uma cruz que teria sido, simbolicamente, carregada pelo mártir condenado por aqueles que abusavam e desfrutavam do poder. Condenado à morte como consequência da traição de um amigo próximo, Tiradentes teve sua imagem construída como a do Cristo cívico da nação e Silvério dos Reis passava a ser o Judas do ideal de liberdade. A disposição das traves reforça a intenção do Museu da Inconfidência de sustentar a ideologia construída e firmada no senso comum de que o alferes seria uma figura próxima a de Jesus Cristo devido às suas atitudes que se assemelharam em muitos as-

pectos, construção esta oriunda principalmente das perspectivas dos republicanos e do golpe que instituiu a República em 1889. Os ideais republicanos incorporaram a Inconfidência Mineira como o grande evento histórico de caráter nacional e os inconfidentes como os personagens pioneiros no desenvolvimento de princípios verdadeiramente brasileiros.

Um corredor propositalmente branco conduz o visitante da sala *Inconfidência* até a sala *Panteão*, como se a clareza e as luzes que simbolicamente representam as ideias Iluministas conduzissem-o ao coração do museu, à sala sagrada e altar dos “heróis nacionais”. A ideia de sacralidade fica nítida ao entrar no *Panteão*, único espaço do museu que não sofreu modificação com a reforma da exposição permanente concluída em 2006. O *Panteão* se assemelha a um altar sagrado e encontram-se na sala alguns ícones que reforçam tal imaginário, como um crucifixo sobre a porta de entrada, o lustre semelhante aos das igrejas coloniais da cidade, sem falar na iluminação que, de forma contrastante, diminui consideravelmente em relação à sala anterior. As quatorze lápides, onde se encontram os restos mortais dos inconfidentes<sup>2</sup>, foram organizadas contornando toda a sala, de forma que o visitante fique “acolhido” por elas ao entrar no *Panteão*. Talvez por isso sua disposição e arquitetura tenham sido mantidas intactas com a reforma, não sendo de interesse da organização do museu modificar o discurso criado nas décadas de 30 e 40 e que deu legitimidade à sua criação naquele momento da história.

O Museu da Inconfidência se preocupa em homenagear os conspiradores do final do século XVIII, mas não se atenta em retratar o movimento e instigar o público a discutir este episódio importante da história do Brasil com novas problematizações. A fantasia parece sobrepor-se à realidade ao longo da exposição, mostrando muito mais uma Minas Gerais elitista do século XVIII do que verdadeiramente um núcleo urbano diversificado que compôs a sociedade mineira naquele contexto.

Rui Mourão, tratando do *Panteão*, aponta que:

*A lápide que não traz inscrição simboliza os ausentes, que por uma razão ou outra não puderam vir materialmente ocupar o seu lugar de honra, como o maior deles, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Na grande pedra perpendicular acha-se gravado um In Memoriam, onde se lêem, na ordem decrescente da importância da sua participação, os nomes dos envolvidos no processo da Inconfidência. (MOURÃO, 1995. p. 14)*

Nessa passagem fica clara a intenção de culto aos participantes do movimento e de se considerar Tiradentes como o maior e o mais importante dos inconfidentes, já que seu nome aparece como o primeiro e em destaque na pedra referida pelo diretor do museu. O trecho descreve que os protagonistas não *materializados* no *Panteão* estariam ali de alguma outra forma, talvez espiritualmente, reforçando a pretensão de transformar esse espaço do museu em um local de adoração e veneração aos atores da Inconfidência Mineira. É como se as almas estivessem associadas às

cinzas, permanecendo de alguma forma com elas, habitando o mesmo lugar. Um cenário religioso simbólico se forma no *Panteão*, porque como acredita Carmem Lemos, “ossos, cinzas, lápides, cruz, triângulo, altar, panteão, cortejo, cerimônias e discursos formaram a rede de imagens necessárias à composição desse cenário” (LEMOS, 2001. p. 213). Para o museu, a morte ali é materializada em cinzas, lápides, ossadas e silêncio que confere simbolicamente à Inconfidência Mineira o caráter de um dos mitos fundadores da nacionalidade brasileira.

O Museu da Inconfidência sustenta a ideia de que o movimento mineiro pretendia a liberdade nacional a partir da atuação de homens embebedos dos ideais iluministas recorrentes na época e indignados com a exploração metropolitana e com a possível cobrança da derrama. Esta leitura ainda se encontra enraizada no senso comum, mas vem sendo muito questionada pelas novas pesquisas historiográficas, as quais demonstram novas interpretações sobre o movimento e seus protagonistas. Muitas das novas interpretações têm construído críticas negativas quanto à moral, organização, existência material e objetivos econômicos pessoais dos inconfidentes dentro da trama, intenções opostas às do Museu da Inconfidência, o qual ainda se legitima como instituição de exaltação do movimento e de seus personagens, o que parece justificar a contradição do discurso do museu com as historiografias recentes sobre o tema e a não inserção destas interpretações dos historiadores junto à expografia do Inconfidência.

Para João Pinto Furtado, por exemplo, o movimento era bastante heterogêneo no que respeita à extração social e econômica dos agentes, e sobre eles afirma que “(...) não são todos intelectuais, como já se afirmou no século XIX; tampouco são mineradores falidos, como foi dito na primeira metade do século XX; tampouco são todos burocratas, como, com frequência, ainda se insiste” (FURTADO, 2007. p. 633). Com isso, Furtado questiona as interpretações de que o movimento era homogêneo nos seus ideais e com relação à classe social dos envolvidos. Teriam sido as dívidas as grandes motivadoras para que alguns homens participassem da trama, e não somente os princípios iluministas. De acordo com Maxwell, do montante de quase dois milhões de mil-réis devidos à Coroa Portuguesa, quase um milhão era de responsabilidade apenas de dois inconfidentes: Silvério dos Reis e Rodrigues de Macedo (MAXWELL, 1993. p. 24).

Augusto de Lima Junior faz uma leitura interessante do movimento e demonstra que o contrabando fez parte da vida de alguns dos inconfidentes, inclusive dos clérigos, a exemplo de José da Silva Rolim e de seus familiares, questionando seus princípios morais (LIMA JUNIOR, 2010. p. 60-61). Para Maxwell:

*Além de tudo, o sistema de propinas proporcionava uma cobertura ideal para o suborno e a corrupção, especialmente para homens como João Rodrigues de Macedo, que muitas vezes atuavam como banqueiros do governador e que, invariavelmente, em suas atividades mercantis e negócios em geral concediam facilidades creditícias aos ministros e funcionários da administração da Capitania. (MAXWELL, 1993. p. 21).*

João Pinto Furtado também atenta-se para esta análise. Segundo o historiador, Inácio de Alvarenga Peixoto, enquanto ouvidor da Comarca do Rio das Mortes, sofreu uma série de denúncias de abuso de autoridade e extorsão. Sobre Cláudio Manuel da Costa, também figura pública por várias gestões, pesavam suspeitas de enriquecimento ilícito e de participação em contrabandos. Os padres Carlos Correia de Toledo e Luís Vieira da Silva foram acusados de se beneficiarem de seus cargos para aumentar seus patrimônios pessoais, e ainda sobre Vieira da Silva somava-se a suspeita de envolvimento sexual com um fiel. Os escravos fugitivos de Inácio Correia Pamplona teriam sofrido maus-tratos por seus homens de caça. E sobre Tiradentes, Furtado afirma recair acusações de abuso de autoridade e de exorbitar de suas funções a mando de Luís da Cunha Menezes, caracterizando-o como violento e tirano (FURTADO, 2002. p. 24-43). Isso mostra que a heroiização dos inconfidentes foi feita baseada no movimento e não em suas vidas particulares, tanto que o único que passou pela história como referência de corrupção moral foi Joaquim Silvério dos Reis, o traidor dos demais companheiros.

A historiografia e a cultura do ensino escolar por muito tempo, e ainda acontece hoje, reforçaram a interpretação e a posição de que a cobrança da derrama teria sido suspensa após a denúncia de Silvério dos Reis, desestabilizando o movimento e tornando este personagem o responsável total pelo fracasso e pela punição dos envolvidos. Apesar das recentes pesquisas reavaliarem este episódio, ainda no discurso do Museu da Inconfidência percebemos a sustentação desta interpretação, principalmente nas publicações da instituição, como, por exemplo, em artigo da revista de trabalho *Oficina do Inconfidência* (ANASTASIA; JULIÃO; LEMOS, 1999. p. 89). Mas pesquisadores como João Pinto Furtado (FURTADO, 2002. p. 181) e Kenneth Maxwell (MAXWELL, 2010. p. 237) atentam-se para o fato da derrama ter sido cancelada antes mesmo da denúncia de Silvério dos Reis, evidenciando que até mesmo a Coroa já tinha a premissa de que ela poderia causar uma grave agitação social. Para Furtado, o seu cancelamento desestabilizou o movimento porque para boa parte dos envolvidos a derrama era o motivo principal para participar e executar a revolta. Isso demonstra que entre vários dos inconfidentes, na verdade, a cobiça suplantava o nacionalismo.

Para vários pesquisadores contemporâneos, as motivações pessoais de enriquecimento e/ou a pretensão de manter o status social teriam sido os verdadeiros objetivos dos conspiradores, o que diverge do discurso sustentado pelo Museu da Inconfidência de que os sentimentos nacionais e de busca por igualdade e independência do país é que guiavam as ideais revolucionárias dos inconfidentes, tornando-os heróis nacionais. Na verdade, admite-se que o movimento teria conotações muito mais regionais do que, na verdade, de âmbito nacional. Para Maxwell, os inconfidentes esperavam alcançar seus objetivos sob a cobertura de um levante popular e apesar de admitir a inclinação dos envolvidos por uma república e pela independência, não acredita que os inconfidentes tenham chegado a esta posição por ideologia ou por nacionalismo, mas sim porque

a revolução lhes parecia o melhor caminho para sustentar e proteger seus interesses pessoais, o que faz com que o autor chegue a caracterizá-los como “egoístas”. (MAXWELL, 1993. p. 27).

Já Luiz Carlos Villalta acredita que a república enunciada no movimento não é sempre sinônimo de governo republicano, representativo e democrático. Na verdade, as definições do futuro governo não ficaram explicitamente claras. Para Villalta, os inconfidentes, ou pelo menos alguns deles, não pretendiam o rompimento definitivo com a monarquia, mas sim a reorganização das posições de domínio entre metrópole e colônia. Para este historiador, é mais correto perceber para a conjuntura a república como simplesmente sinônimo de “liberdade” ou “libertação”, no sentido de separação, autonomia e ruptura, diferente dos significados de hoje. Logo, os inconfidentes divergiam entre si quanto a ruptura definitiva com o estatuto colonial e com o governo metropolitano português ou, na verdade, mantê-lo vivo de acordo com suas pretensões pessoais (VILLALTA, 2007. p. 594-595).

O que se conclui é que no Museu da Inconfidência ainda impera um discurso com uma percepção tradicional do passado colonial mineiro mesmo após a reformulação de sua exposição. No entanto, a necessidade de diálogo entre a historiografia e a expografia como forma enriquecedora para uma apreciação e busca pelo conhecimento do passado se faz necessária e essencial atualmente. Nenhum museu precisa reproduzir um texto historiográfico, mas a aproximação, sempre que possível, entre ambos, contribuirá para a aquisição de conhecimento, beneficiando, dessa forma, o público. Tanto os museus quanto a historiografia estão em transformação e devem ser instrumentos de problematização do passado. É para este ponto que devem direcionar suas atenções e manter um diálogo. Porque esta dinâmica interdisciplinar é amplamente válida e dinamiza o entendimento da história e sua permanente construção.

## NOTAS

<sup>1</sup> Pierre Catel é museógrafo formado por G.-H. Rivière nos idos de 1968 e autor de uma série de exposições marcantes no decorrer da década de 1970. Fundou uma empresa de museografia que empreendeu intervenções em cerca de quarenta museus em todo o mundo. Suas proposições têm sido adotadas, particularmente, no Brasil: no Rio de Janeiro, o projeto museográfico da Casa França-Brasil; em Ouro Preto, a reforma do Museu da Inconfidência; ou, em Belo Horizonte, o Museu de Artes e Ofícios. (POULOT, 2013. p. 30).

<sup>2</sup> Não se comprovou a autenticidade de todos os restos mortais que se encontram no Panteão corresponderem aos respectivos inconfidentes indicados pelo museu.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANASTASIA; JULIÃO, Letícia; LEMOS, Carmem Silvia. Dos bandeirantes aos modernistas: um estudo histórico sobre Vila Rica. In: Oficina do Inconfidente: revista de trabalho. Ano 1, nº 0 (dez.). Ouro Preto: Museu da Inconfidência, 1999.
- IGLÉSIAS, Francisco. Estrutura social do século XVIII. In: IX Anuário do Museu da Inconfidência. Ouro Preto: Ministério da Cultura/Patrimônio Cultural – IBPC, 1993.
- BOSCHI, Caio César. Irmandades, religiosidade e sociabilidade. In: RESENDE, Maria Efigênci Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. As Minas Setecentistas, 2. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.
- GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Flávia Maria da Mata. Agricultura e mineração no século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênci Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. As Minas Setecentistas, 1. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.
- POULOT, Dominique. Museu e museologia. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- LEMOS, Carmem Silvia. Reflexões acerca do processo de repatriamento das ossadas dos inconfidentes degredados para a África. In: Oficina do Inconfidente: revista de trabalho. Ano 2, nº 1 (dez.). Ouro Preto: Museu da Inconfidência, 2001.
- FURTADO, João Pinto. A Inconfidência Mineira: um novo tempo ou reedição dos motins do Antigo Regime? In: RESENDE, Maria Efigênci Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. As Minas Setecentistas, 2. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.
- \_\_\_\_\_. O Manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- MAXWELL, Kenneth. História da Inconfidência Mineira: dimensões internacionais. In: IX Anuário do Museu da Inconfidência. Ouro Preto: Ministério da Cultura/Patrimônio Cultural – IBPC, 1993.
- LIMA JUNIOR, Augusto de. História da Inconfidência de Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia, 2010.
- VILLALTA, Luiz Carlos. As origens intelectuais e políticas da Inconfidência Mineira. In: RESENDE, Maria Efigênci Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. As Minas Setecentistas, 2. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.
- \_\_\_\_\_. Introdução. In: RESENDE, Maria Efigênci Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. As Minas Setecentistas, 2. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.

